

HALLAK NETO, João; SIMÕES, André (2020). “Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro”. PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações. Volume 4 - Número 2, pp. 95-124.

Artigo recebido em 21 de outubro de 2020 e aceito em 19 de novembro de 2020.

Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro

Desigualdad de ingresos de los inmigrantes en el mercado laboral formal brasileño

João Hallak Neto¹

André Simões²

RESUMO

O resultado das características e tendências do movimento dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro apontou para a redução dos rendimentos médios entre 2010 e 2019. No entanto, permaneceu a nítida diferenciação entre os trabalhadores, com os imigrantes da América do Norte, Europa e Ásia recebendo os mais altos rendimentos. Enquanto as mulheres receberam cerca de 70% do valor dos rendimentos dos homens, os imigrantes de cor ou raça amarela, em maioria asiáticos, e branca, em maioria europeus e norte-americanos, receberam rendimentos muito superiores aos de cor ou raça preta, de origem centro-americana ou caribenha e africana em geral, e parda, em grande parte originários da América do Sul. As razões de rendimentos indicaram decréscimo da desigualdade com convergência para rendas inferiores. Entretanto, como relativamente poucos trabalhadores tiveram suas remunerações preservadas, foi atestado um aumento da desigualdade medida pelo índice de Gini.

Palavras-chave: Mercado de trabalho formal imigrante. Rendimento do trabalho. Desigualdade de rendimentos. Migração.

¹ e ² Doutores em Economia pela UFRJ. Pesquisadores do OBMigra. Emails: joao.hallak@gmail.com e andresimoes36@gmail.com.

RESUMEN

El resultado de las características y tendencias del movimiento de los trabajadores inmigrantes en el mercado laboral formal brasileño apuntó a una reducción en los ingresos promedio entre 2010 y 2019. Sin embargo, la diferencia clara entre los trabajadores se mantuvo, con inmigrantes de América del Norte, Europa y Asia recibiendo los mayores rendimientos. Mientras que las mujeres recibieron alrededor del 70% del valor de los ingresos de los hombres, los inmigrantes de color o raza amarilla, en su mayoría asiáticos, y blancos, en su mayoría europeos y estadounidenses, recibieron ingresos mucho más altos que los de color o raza negra, de origen centroamericana o caribeña y africana en general, y pardo, mayoritariamente de Sudamérica. Las razones de ingresos indicaron una disminución de la desigualdad con convergencia a menores ingresos. Sin embargo, dado que relativamente pocos trabajadores mantuvieron sus salarios, fue verificado un aumento de la desigualdad medida por el índice de Gini.

Palabras clave: Mercado laboral formal de inmigrantes. Ingresos del trabajo. Desigualdad de ingresos. Migración.

INTRODUÇÃO

As informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) são fundamentais para o acompanhamento das tendências do mercado de trabalho formal brasileiro. Por ser um registro de cobertura censitária em todo o território nacional com a responsabilidade da apuração do empregador e que considera uma gama de informações relacionadas às características dos empregados, tal base de dados tornou-se amplamente utilizada por pesquisadores e formuladores de políticas públicas nas análises do mercado de trabalho brasileiro.

Para o estudo do comportamento dos imigrantes que possuem ocupação formal no Brasil, o Ministério da Economia disponibilizou ao Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) um estrato da base de dados com os microdados de 2010 a 2019. Com isso, foi possível realizar uma análise comparativa em relação à dinâmica e à estrutura dos empregos formais, seus rendimentos e sua distribuição em diferentes aspectos, tais como o quantitativo de estrangeiros desagregados por nacionalidades, sexo, cor ou raça, escolaridade e inserção ocupacional. Para um subgrupo da base de dados correspondente aos imigrantes foi possível ainda cotejar as desagregações segundo o *status* migratório, se refugiados ou solicitantes de refúgio ou demais imigrantes. As informações também permitiram avaliar o comportamento do mercado formal de trabalho frente à conjuntura econômica, bastante variada na série observada, com momentos de crescimento econômico, desaceleração, crise e estagnação, que trouxeram efeitos diferenciados para os trabalhadores imigrantes.

O presente estudo tem como objetivo analisar os rendimentos e as principais características e tendências dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro durante a década compreendida entre 2010 e 2019³. Buscou-se avançar em relação aos estudos anteriores na medida em que houve focalização no exame das desigualdades de rendimentos, que se mostraram mais visíveis com os recortes por nacionalidade e por características específicas dos trabalhadores. Foram também construídos indicadores sintéticos de desigualdade, como o índice de Gini e as razões de rendimento, para a análise da evolução da desigualdade na série disponível entre os trabalhadores imigrantes tomados em seu conjunto.

O estudo encontra-se dividido em mais cinco seções além desta introdução. Na primeira é apresentada uma visão geral da evolução do trabalho imigrante no mercado formal brasileiro. Em seguida, o perfil demográfico deste grupo, e a comparação entre os rendimentos médios dos trabalhadores. A terceira seção traz uma análise inicial das desigualdades de rendimentos entre grupos populacionais específicos e a quarta complementa esta análise com resultados para os índices de Gini e para as razões de rendimentos. Por fim são tecidas as considerações finais.

VISÃO GERAL DA DINÂMICA DO IMIGRANTE NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO – OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS

No período de 2010 a 2019 houve crescimento expressivo do número de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro. Este movimento, contudo, esteve condicionado tanto pela dinâmica econômica do período, quanto pela entrada de novas nacionalidades, impulsionadas, sobretudo, por fatores de ordem humanitária, conforme mencionado no relatório RAIS de 2019 (Simões et. al., 2019). Esta distinção entre fatores, que atuaram em diferentes momentos, possibilita a divisão da década em dois subperíodos: (a) os cinco anos compreendidos entre 2010 a 2014, quando ocorreram crescimento expressivo do volume de imigrantes, movimento associado ao alto dinamismo da economia e ao aquecimento do mercado de trabalho brasileiro; e (b) o lustro entre 2015 e 2019, em que o volume de imigrantes sofreu oscilações, em função dos efeitos da crise econômica do biênio 2015-16, mas também pela entrada de novos fluxos migratórios, oriundos especialmente da América Central e Caribe e da América do Sul, sobretudo de 2017 a 2019.

3 As informações da RAIS utilizadas nesta publicação se referem ao estoque de emprego de 31/12 de cada ano analisado.

O subperíodo entre 2010 e 2014 indica que a economia brasileira passou por uma fase de relativo dinamismo, com crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%⁴ ao ano, que produziu efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, refletidos na queda do desemprego e no aumento das oportunidades de trabalho⁵. Entretanto, a partir de meados de 2014 a economia brasileira entrou em declínio, com efeitos adversos sobre o mercado de trabalho nos anos seguintes, quando a taxa de desemprego passou a oscilar em torno de 12% (IBGE, 2020). Entre os trabalhadores imigrantes formais os impactos foram sentidos em 2016 com a redução significativa de seu quantitativo no mercado formal brasileiro. A partir de 2017, o País registrou, na prática, estagnação de seu produto interno bruto e as taxas de desemprego e de subutilização da força de trabalho mantiveram-se em patamares elevados⁶. Ainda assim houve gradual recuperação do número de ocupações formais destinadas aos imigrantes.

O aumento da ocupação formal pelos imigrantes no subperíodo inicial pode ser atribuído ao fato de que os países norte-americanos, europeus e asiáticos ainda estivessem passando pelos efeitos da crise econômico-financeira de 2008, em que conviveram com elevadas taxas de desemprego e escassez de oferta de trabalho. Entre os países latino-americanos a crescente influência brasileira no plano regional tornou o país o destino de novos fluxos de trabalhadores, especialmente originários das Américas Sul e Central e Caribe, com destaque para imigrantes oriundos de países que enfrentavam crises humanitárias como Haiti e, posteriormente, a Venezuela.

Tais fatores produziram um cenário positivo à atração de trabalhadores para o mercado formal de trabalho brasileiro. O total de imigrantes empregados com carteira de trabalho assinada passou de 55,1 mil, em 2010, para 116,4 mil trabalhadores, em 2014, e depois para 147,7 mil em 2019. Destaca-se a imigração haitiana como a principal responsável por este crescimento, o que explica o forte aumento de participação da região da América Central e Caribe sobre o total (Tabela 1). Ainda assim, na primeira metade da década, outras novas nacionalidades também ganharam relevância, como colombianos, peruanos e venezuelanos, incrementando também a participação da América do Sul como continente de origem dos imigrantes formalizados no mercado de trabalho⁷.

4 IBGE, Sistema de Contas Nacionais.

5 As taxas de desemprego e de subutilização da força de trabalho no país, medidas pela Pnad Contínua/IBGE, alcançaram 6,9% e 15,8%, respectivamente, em 2014. A geração líquida de empregos formalizados foi de 7,6 milhões entre 2010 e 2014 (MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

6 Segundo o Sistema de Contas Nacionais/IBGE, em 2017 e 2018, a variação anual do PIB foi correspondente a 1,3%; e, em 2019, a 1,1%. A taxa composta de subutilização situou-se em torno de 24,2%, de acordo com a PNAD Contínua/IBGE.

7 Para maiores detalhes, ver: Simões et. al. (2019) e Oliveira (2016).

Tabela 1 - Número e percentual de ocupados imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro por continentes – 2010 a 2019.

Ano	Total		África		América do Norte		Am. Central e Caribe		América do Sul		Ásia		Europa		Outros	
	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)
2010	55.148	100	388	0,7	2.115	3,8	126	0,2	18.820	34,1	4.767	8,6	16.958	30,7	11.974	21,7
2011	62.423	100	1.206	1,9	2.600	4,2	803	1,3	23.769	38,1	7.068	11,3	20.245	32,4	6.732	10,8
2012	72.852	100	1.820	2,5	3.000	4,1	3.857	5,3	27.533	37,8	7.321	10,0	22.040	30,3	7.281	10,0
2013	92.011	100	3.116	3,4	3.144	3,4	12.849	14,0	32.407	35,2	8.719	9,5	24.014	26,1	7.762	8,4
2014	116.375	100	6.146	5,3	3.199	2,7	27.310	23,5	36.057	31,0	11.280	9,7	24.562	21,1	7.821	6,7
2015	127.879	100	7.945	6,2	2.932	2,3	38.133	29,8	36.520	28,6	11.857	9,3	23.236	18,2	7.256	5,7
2016	113.295	100	8.132	7,2	2.481	2,2	29.257	25,8	35.932	31,7	10.509	9,3	20.464	18,1	6.520	5,8
2017	122.658	100	8.452	6,9	2.379	1,9	39.430	32,1	37.014	30,2	9.081	7,4	18.336	14,9	7.966	6,5
2018	136.329	100	9.012	6,6	2.362	1,7	50.299	36,9	41.830	30,7	8.972	6,6	16.799	12,3	7.055	5,2
2019	147.674	100	8.794	6,0	2.192	1,5	55.821	37,8	52.265	35,4	8.811	6,0	15.156	10,3	4.635	3,1

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

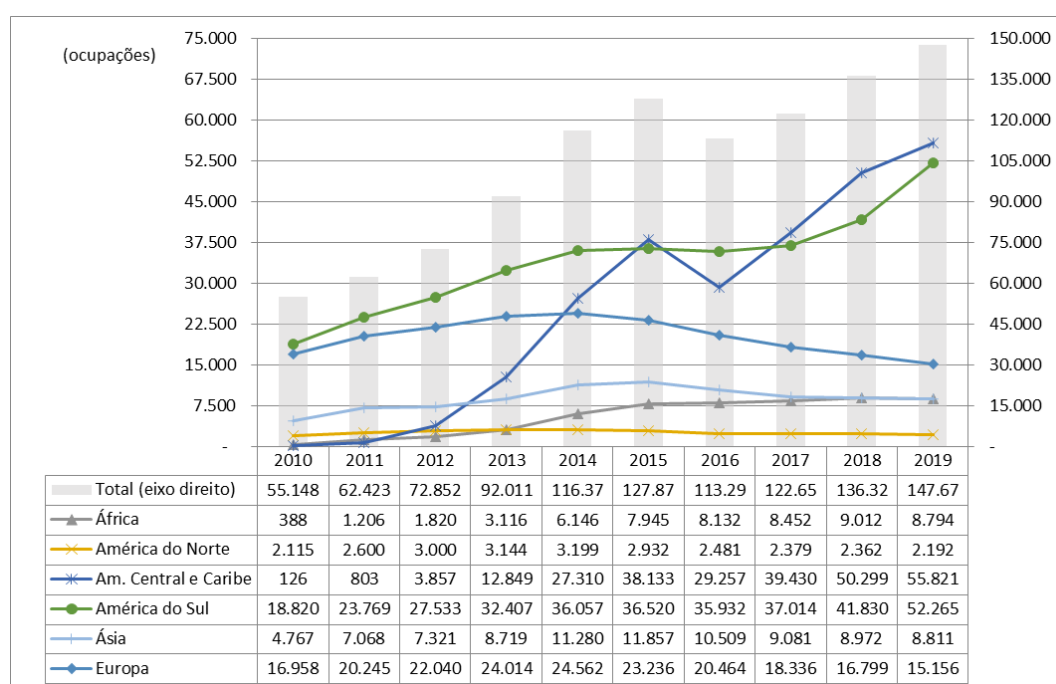
Nota: A categoria “Outros” inclui a Oceania e os registros de migrantes não especificados por continentes.

A Europa, que inicia a série histórica com cerca de 30% de representatividade no volume de trabalhadores imigrantes, apresentou crescimento relativamente menor em números absolutos do que o observado em outros continentes e perdeu gradativamente participação até a metade da década. A partir da segunda metade a redução de trabalhadores europeus ocorreu também em números absolutos tornando a participação do continente de apenas 10,3%, em 2019, a mais baixa da série. Portugal que possuía o maior volume de trabalhadores no mercado de trabalho formal brasileiro no início do período deixa de ocupar esta posição já em 2013, com a predominância dos imigrantes haitianos. Trabalhadores espanhóis, franceses e italianos também ampliaram a participação na primeira metade da década e tiveram redução na segunda metade, possivelmente motivados pela conjunção da crise econômica brasileira com o processo de recuperação econômica da Europa, que propiciou o retorno dos imigrantes oriundos destes países (Simões, 2018). Ásia e, sobretudo, África apresentaram crescimento nos anos iniciais, estabilidade e relativo declínio nos anos finais. Juntos, estes dois continentes passaram de 9,3% (ou 5,2 mil empregados) para 11,9% dos empregados imigrantes (ou 17,6 mil), em 2019.

Cabe apontar que após a redução de postos de trabalho formais ocupados por imigrantes em 2016, sua posterior recuperação ocorreu no contexto da ausência de significativo crescimento da economia brasileira e se deveu, especialmente, à retomada de entradas de trabalhadores haitianos que, inclusive, ampliaram sua participação entre os trabalhadores imigrantes do Brasil. Esse grupo, por sua expressividade, passou a exercer forte influência nos resultados médios das características dos imigrantes, com reflexos também sobre os rendimentos médios e sobre os indicadores de desigualdade, conforme analisado nas seções seguintes deste estudo.

O Gráfico 1 retrata o expressivo crescimento dos trabalhadores imigrantes de 2010 a 2015, seguido pela retração, em 2016, e a retomada nos três anos finais. Enquanto na primeira metade da década a tendência de crescimento foi generalizada em termos de países e continentes, após o período de crise na economia brasileira o crescimento dos postos de trabalho formais foi mais centrado em imigrantes de países situados nas Américas do Sul e Central e no Caribe. Os demais continentes apontaram trajetória relativamente estável e menos expressiva, sendo que a Europa se constituiu na exceção uma vez que registrou declínio pronunciado desde 2015, mesmo em números absolutos.

Gráfico 1 - Evolução do número de imigrantes ocupados no mercado de trabalho formal do Brasil por continentes - 2010 a 2019.



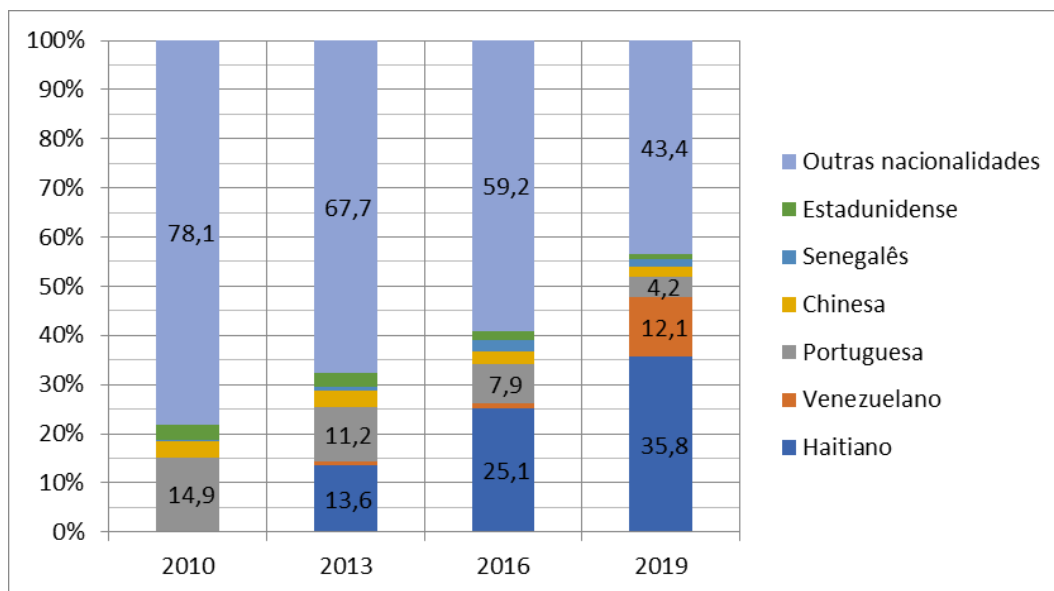
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

Nota: Não são apresentados resultados para a categoria outros.

A distribuição percentual entre as principais nacionalidades de cada um dos seis continentes destacados no Gráfico 1 mostra como foi notável o ganho de participação dos haitianos ao longo do período até chegar a 35,8% do total, em 2019 (Gráfico 2). Os venezuelanos, sobretudo a partir de 2016, também cresceram significativamente até o final do período, quando alcançam 12,1%. Já a nacionalidade portuguesa registrou declínio considerável, passando de 14,9% para 4,2% entre os dois extremos da série. As nacionalidades chinesa, estadunidense e senegalesa – que lideram a participação por países em seus respectivos continentes, bem como as demais nacionalidades tomadas agregadamente registraram também proporções declinantes. Dessa forma, em termos de diferentes nacionalidades com pesos significativos, percebe-se uma

tendência de menor diversificação dos trabalhadores formais imigrantes.

Gráfico 2 - Proporção de imigrantes no mercado de trabalho formal sobre o total por principais nacionalidades de cada continente - 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

Sendo assim, o recente aumento do emprego de trabalhadores imigrantes se deveu, sobretudo, ao crescimento da participação dos trabalhadores oriundos de países latino-americanos no mercado de trabalho formal brasileiro mais especificamente devido ao aumento dos trabalhadores haitianos e venezuelanos, que somados totalizaram 47,9% dos ocupados formais em 2019. O cenário econômico menos atrativo, com dois anos de queda e três anos de parcial estagnação do produto, bem como a entrada de imigrantes que buscam o País em grande parte por razões de ordem humanitárias configuraram uma determinada característica de imigração que trouxe particular influência em relação aos rendimentos e sua distribuição no mercado laboral brasileiro.

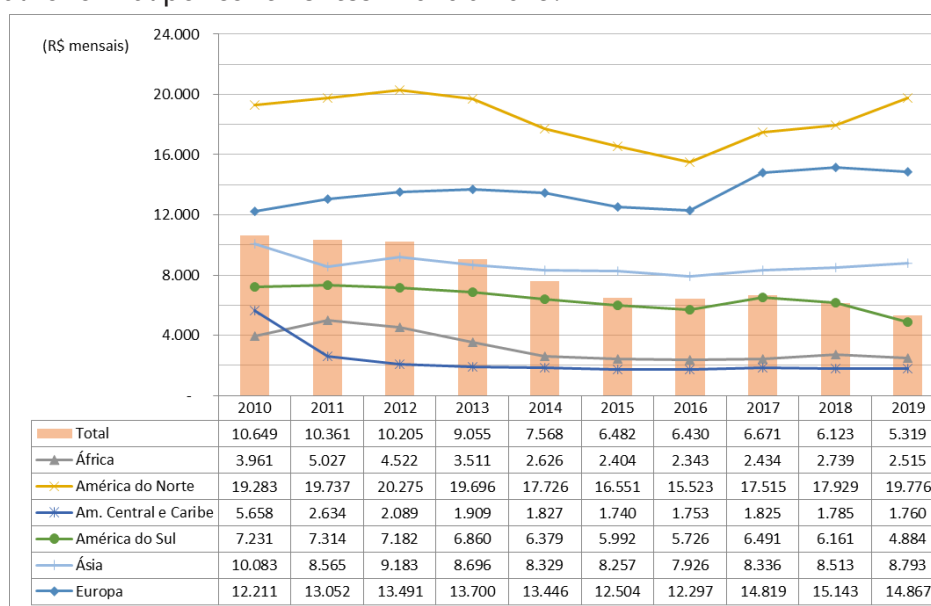
Esta alteração na composição da estrutura do trabalho formal imigrante caracterizou-se assim pela redução dos rendimentos médios reais⁸ dos trabalhadores de forma bastante pronunciada. As colunas do Gráfico 3 mostram quão significativa e contínua foram as reduções dos rendimentos médios dos imigrantes, que atingiu o nível mais baixo no último ano da série, quando passou de R\$ 10,6 mil, em 2010, para R\$ 5,3 mil⁹.

8 Rendimentos médios mensais deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2019.

9 Nesse sentido o Relatório RAIS 2020 informa que fatores institucionais, humanitários e econômicos condicionaram uma dinâmica imigratória para o Brasil “com elevado peso de

Por sua vez, as curvas de rendimentos mensais mostram nítida diferenciação entre os continentes, mantida ao longo de toda a série. Considerando-se os valores de 2019, enquanto América do Norte (R\$ 19,8 mil) e Europa (R\$ 14,9 mil) registraram os mais altos rendimentos, bem acima da média, América Central e Caribe (R\$ 1,8 mil) e África (R\$ 2,5 mil) registraram os mais baixos. Ásia (R\$ 8,8 mil) e América do Sul (R\$ 4,9 mil) situaram-se em posições intermediárias neste quesito.

Gráfico 3 - Rendimento médio mensal real dos imigrantes no mercado de trabalho formal por continentes - 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

Nota: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2019.

Ainda em relação ao Gráfico 3, percebe-se que enquanto América do Norte, Europa e Ásia tiveram altas nos rendimentos médios mensais nos anos finais, os demais continentes ou registraram reduções ou mantiveram os rendimentos médios relativamente estáveis de 2017 a 2019. Assim, tal distinção por continentes (e por nacionalidades), conservada ao longo da série histórica, mostra como a variação na composição da força de trabalho foi determinante para o resultado de redução dos rendimentos médios.

A intensificação da entrada dos trabalhadores imigrantes no País foi responsável também por mudanças relativas em termos regionais no que tange à absorção desta mão de obra. Enquanto em 2010 os empregados formais estavam fortemente concentrados na Região Sudeste, com o passar dos anos foi-se verificando uma desconcentração em direção, sobretudo, à Grande Região Sul,

trabalhadores não qualificados, sendo boa parte destes oriundos de países em desenvolvimento.” (Simões e Hallak Neto, 2020, p. 5).

mas também ao Centro-Oeste. Em termos de nacionalidades, o aumento da entrada de haitianos promoveu forte incremento da ocupação formal nestas regiões, onde passaram a ocupar postos em atividades como as de abate de animais para exportação¹⁰. Dessa forma, a Região Sul praticamente alcançou a Sudeste como principal receptora de trabalhadores. Somadas, as participações de ambas alcançaram 83,5% do total do emprego formal imigrante, em 2019 (Tabela 2).

Tabela 2 - Número absoluto e proporção de trabalhadores imigrantes no Brasil segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2010/2014/2019

Brasil e Grande Regiões	2010		2014		2019	
	(#)	(%)	(#)	(%)	(#)	(%)
Brasil	55.148	100	116.375	100	147.673	100
Norte	1.928	3,5	3.987	3,4	8.502	5,8
Rondônia	298	0,5	1.010	0,9	906	0,6
Acre	176	0,3	244	0,2	149	0,1
Amazonas	931	1,7	1.805	1,6	3.579	2,4
Roraima	63	0,1	146	0,1	2.993	2,0
Pará	330	0,6	523	0,4	615	0,4
Amapá	39	0,1	67	0,1	84	0,1
Tocantins	91	0,2	192	0,2	176	0,1
Nordeste	3.033	5,5	5.939	5,1	5.025	3,4
Maranhão	109	0,2	207	0,2	175	0,1
Piauí	43	0,1	80	0,1	109	0,1
Ceará	386	0,7	1.733	1,5	1.003	0,7
Rio Grande do Norte	297	0,5	479	0,4	461	0,3
Paraíba	191	0,3	297	0,3	346	0,2
Pernambuco	563	1,0	1.035	0,9	909	0,6
Alagoas	111	0,2	173	0,1	183	0,1
Sergipe	123	0,2	191	0,2	167	0,1
Bahia	1.210	2,2	1.744	1,5	1.672	1,1
Sudeste	38.114	69,1	61.976	53,3	62.233	42,1
Minas Gerais	2.227	4,0	4.666	4,0	6.043	4,1
Espírito Santo	464	0,8	830	0,7	780	0,5
Rio de Janeiro	8.701	15,8	12.625	10,8	9.273	6,3
São Paulo	26.722	48,5	43.855	37,7	46.137	31,2
Sul	9.630	17,5	37.585	32,3	61.208	41,4
Paraná	3.588	6,5	14.066	12,1	20.085	13,6
Santa Catarina	2.557	4,6	13.011	11,2	25.347	17,2
Rio Grande do Sul	3.485	6,3	10.508	9,0	15.776	10,7
Centro-oeste	2.443	4,4	6.888	5,9	10.705	7,2
Mato Grosso do Sul	668	1,2	1.839	1,6	3.252	2,2
Mato Grosso	348	0,6	2.050	1,8	3.334	2,3
Goiás	423	0,8	1.321	1,1	2.056	1,4
Distrito Federal	1.004	1,8	1.678	1,4	2.063	1,4

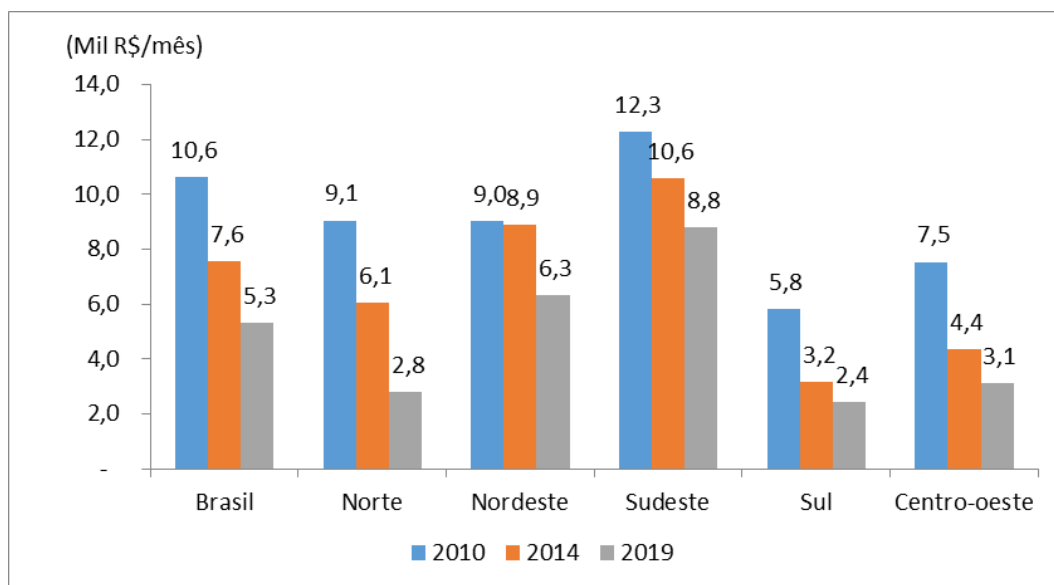
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019.

10 Ver Simões et. al. (2019) e Handerson (2014) e Oliveira (2016).

Embora tenham registrado participações variáveis com a ascensão dos estados da Região Sul, o mesmo conjunto de cinco unidades da federação correspondeu às principais regiões que absorveram o trabalho imigrante ao longo da série. São Paulo, que em 2010 concentrava 48,5% do total de trabalhadores imigrantes, passou a responder por 31,2%, em 2019; ao passo que Paraná e Santa Catarina passaram, respectivamente, de 6,5% e 4,6%, para 13,6% e 17,2%. Já o Rio de Janeiro, que sofreu redução contínua desde o início da crise econômica nacional, chegou a 2019 com apenas 6,3% dos trabalhadores imigrantes, ante 15,8% em 2010. O Rio Grande do Sul passou então a ocupar a quarta posição em termos de absorção em 2019, quando atingiu 10,7%.

Como mencionado, a recente dinâmica migratória representou forte queda nas remunerações médias quando comparados os extremos da série, queda esta que ocorreu de maneira disseminada entre as diversas regiões do País. Dessa forma, as significativas desigualdades de rendimentos médios nas Grandes Regiões e unidades da federação permaneceram acentuadas. Em 2019, somente as Regiões Sudeste (R\$ 8,8 mil) e Nordeste (R\$ 6,3 mil)¹¹ superaram a média nacional, que correspondeu a R\$ 5,3 mil - Gráfico 4.

Gráfico 4 - Rendimento médio mensal real dos imigrantes no mercado de trabalho formal por Grandes Regiões – 2010/2014/2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

Nota: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2019.

Em relação às unidades da federação, observou-se que algumas delas seguiram apresentando resultados muito abaixo da média nacional, como Roraima (R\$

11 Esta região com apenas 3,4% do trabalho formal imigrante conforme mostra a Tabela 2.

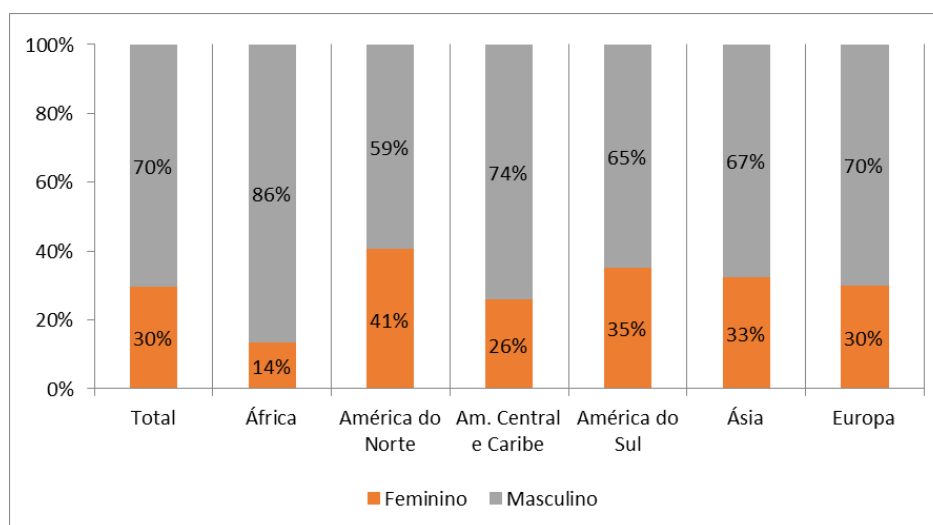
1,4 mil), Mato Grosso (R\$ 1,9 mil) e Santa Catarina (R\$ 2,1 mil). Indicando forte diferenciação também na distribuição territorial, em sentido oposto, outras unidades da federação apresentaram resultados muito acima da média, como Rio de Janeiro (R\$ 13,3 mil), Sergipe (R\$ 8,6 mil) e São Paulo (R\$ 8,4 mil).

PERFIL DEMOGRÁFICO E RENDIMENTOS MÉDIOS DOS OCUPADOS IMIGRANTES

Em relação à divisão por sexos, a predominância da presença de trabalhadores masculinos entre os imigrantes que chegam ao Brasil, seguindo o padrão historicamente relacionado às migrações por trabalho, tem sido observada¹². Em 2019, dentre as 147,7 mil ocupações no mercado formal coube às mulheres imigrantes 43,8 mil postos de trabalho, ou seja, aproximadamente 30% das vagas. Em relação à distribuição por continentes verificou-se maior equilíbrio quando o país de nacionalidade é da América do Norte (41% de mulheres) e, em seguida, da América do Sul (35% de mulheres). América Central e Caribe, região que apresenta o maior número de imigrantes em postos formais, tem os homens em sua grande maioria. Em termos proporcionais, o maior desequilíbrio entre os sexos ocorre entre os africanos, uma vez que somente 14% dos postos formais são ocupados por trabalhadoras – Gráfico 5.

12 Ver Simões et. al. (2019).

Gráfico 5 - Proporção de imigrantes no mercado formal de trabalho por sexo segundo os continentes - Brasil - 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019.

Nota: Não estão apresentados resultados para a categoria outros continentes.

Em relação às remunerações cabe notar que o diferencial de rendimentos médios entre homens e mulheres imigrantes reproduz, embora com menos intensidade, o que ocorre no mercado de trabalho geral do País, uma vez que as imigrantes recebem cerca de 70% do valor dos rendimentos dos trabalhadores do sexo masculino¹³. O continente africano constitui única exceção, uma vez que o rendimento das mulheres africanas supera em 8% o dos homens, mas há que se considerar que além de ambos receberem valores inferiores à média, há relativamente poucas imigrantes africanas ocupadas no mercado formal de trabalho, como indica a Tabela 3. Nota-se relativo equilíbrio nos rendimentos dos imigrantes oriundos da América Central e Caribe, mas ambos apresentaram os menores valores – apenas R\$ 1,6 mil para as mulheres, e apenas 1,8 mil para os homens, em 2019. Já os trabalhadores oriundos do continente norte-americano, de ambos os sexos, receberam os mais altos rendimentos. A título de comparação, os homens daquele continente chegaram a receber 14,3 vezes mais do que as mulheres da América Central e Caribe; e as imigrantes da América do Norte 8,5 vezes a mais do que os homens centro-americanos e caribenhos (Tabela 3).

13 Segundo a Pnad Contínua 2019, considerando o universo de empregados com carteira assinada, o rendimento médio mensal habitualmente recebido pelas mulheres corresponde a 84% ao dos homens.

Tabela 3 - Ocupações formais e rendimento médio mensal, por sexo, segundo principais continentes - Brasil, 2019.

Nacionalidades	Total		Feminino		Masculino	
	(Ocup)	(R\$/mês)	(Ocup)	(R\$/mês)	(Ocup)	(R\$/mês)
África	8.794	2.515	1.195	2.688	7.599	2.488
América do Norte	2.192	19.776	888	15.501	1.304	22.688
Am. Central e Caribe	55.821	1.760	14.425	1.588	41.396	1.819
América do Sul	52.265	4.884	18.364	3.594	33.901	5.583
Ásia	8.811	8.793	2.865	5.113	5.946	10.566
Europa	15.156	14.867	4.527	9.014	10.629	17.360
Total	147.674	5.319	43.774	4.053	103.900	5.852

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019

Notas: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2019.

Não estão apresentados resultados para a categoria outros continentes.

Mesmo com a existência das desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres, com os trabalhadores do sexo masculino recebendo em média mais do que as trabalhadoras, as imigrantes, em média, são mais escolarizadas. Na distribuição por nível de instrução, em 2019, as mulheres registraram proporcionalmente mais ocupações com nível superior completo do que os homens (29,9% contra 23,3%). Já os imigrantes do sexo masculino foram levemente mais representados entre os trabalhadores sem instrução ou com o nível fundamental incompleto (13,8% contra 11,7%), conforme indica a Tabela 4.

Como esperado os dados apontaram para um ganho de rendimentos na medida em que se avança na escala de níveis de ensino, sendo bastante elevado o salto entre as categorias de superior incompleto e superior completo, tanto para os homens como para as mulheres, como indicam as três colunas finais da Tabela 4. Os resultados revelaram ainda que os imigrantes do sexo masculino receberam mais do que as mulheres em todos os níveis de instrução observados, sendo que as maiores diferenças foram detectadas nos níveis superior completo (93% a mais) e ensino fundamental completo (69% a mais)¹⁴.

14 Seria necessária uma avaliação em relação ao tipo de formação superior do imigrante para um exame mais acurado desta diferença, uma vez que há formações acadêmicas mais valorizadas do que outras pelo mercado. Contudo, a RAIS não informa qual o curso de formação do trabalhador de nível superior, apenas se ele possui ou não o nível de ensino completo. Para a diferença relativa ao nível médio a diferenciação por conta do tipo de formação não faz tanto sentido, embora a formação técnica de ensino média possa ensejar maiores remunerações.

Tabela 4 - Número absoluto, estrutura percentual de ocupações formais e rendimento médio mensal, por sexo, segundo nível de instrução Brasil, 2019.

Nível de instrução por sexo	Total	Feminino		Masculino		Total	Feminino	Masculino
	(#)	(#)	(%)	(#)	(%)	(R\$ mês)	(R\$ mês)	(R\$ mês)
Sem instrução ou fund. incompleto	19.425	5.128	11,7	14.297	13,8	1.739	1.534	1.812
Fundamental completo	14.045	3.685	8,4	10.360	10,0	2.283	1.510	2.558
Médio incompleto	10.361	2.892	6,6	7.469	7,2	1.735	1.453	1.845
Médio completo	62.216	17.507	40,0	44.709	43,0	2.116	1.674	2.290
Superior incompleto	4.301	1.485	3,4	2.816	2,7	3.300	2.551	3.695
Superior completo ou acima	37.326	13.077	29,9	24.249	23,3	14.889	9.688	17.694
Total	147.674	43.774	100	103.900	100	5.319	4.053	5.852

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019

Ainda em relação às desigualdades existentes entre homens e mulheres, percebe-se que elas são mantidas também quando analisados os grandes grupos ocupacionais. Como esperado há uma diferenciação na concentração de trabalhadores em determinados grupos, com alguns sendo preenchidos mais comumente por homens, como por exemplo, *Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca* e *Trabalhadores de manutenção e reparação*, enquanto em outros, a presença de mulheres é mais representativa, como *Trabalhadores de serviços administrativos* e *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados* (Tabela 5).

A diferenciação de rendimentos entre os mesmos grupos ocupacionais é bastante nítida. Por exemplo, o rendimento mensal dos imigrantes homens em *Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes*, grupo que possui as maiores remunerações médias, chegou a superar 80% o das mulheres deste mesmo grupo. Ainda que com menos intensidade, tal diferença em favor dos rendimentos masculinos foi manifestada em todos os outros grandes grupos ocupacionais, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Número absoluto e rendimento médio mensal, por sexo, segundo grupos ocupacionais - Brasil, 2019.

Grupos ocupacionais por sexo	Total		Feminino		Masculino	
	(ocup.)	(R\$ mês)	(ocup.)	(R\$ mês)	(ocup.)	(R\$ mês)
0 - Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	19	8.237	3	3.720	16	9.084
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	11.449	26.796	2.875	16.665	8.574	30.193
2 - Profissionais das ciências e das artes	18.570	11.969	6.793	9.444	11.777	13.426
3 - Técnicos de nível médio	8.713	6.048	3.207	3.577	5.506	7.487
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	15.030	2.627	6.164	2.542	8.866	2.686
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	35.632	1.632	14.534	1.525	21.098	1.705
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	1.310	1.643	139	1.580	1.171	1.650
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	35.235	1.740	5.310	1.497	29.925	1.783
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	19.166	1.851	4.644	1.649	14.522	1.916
9 - Trabalhadores de manutenção e reparação	2.550	2.726	105	1.856	2.445	2.763
Total	147.674	5.319	43.774	4.053	103.900	5.852

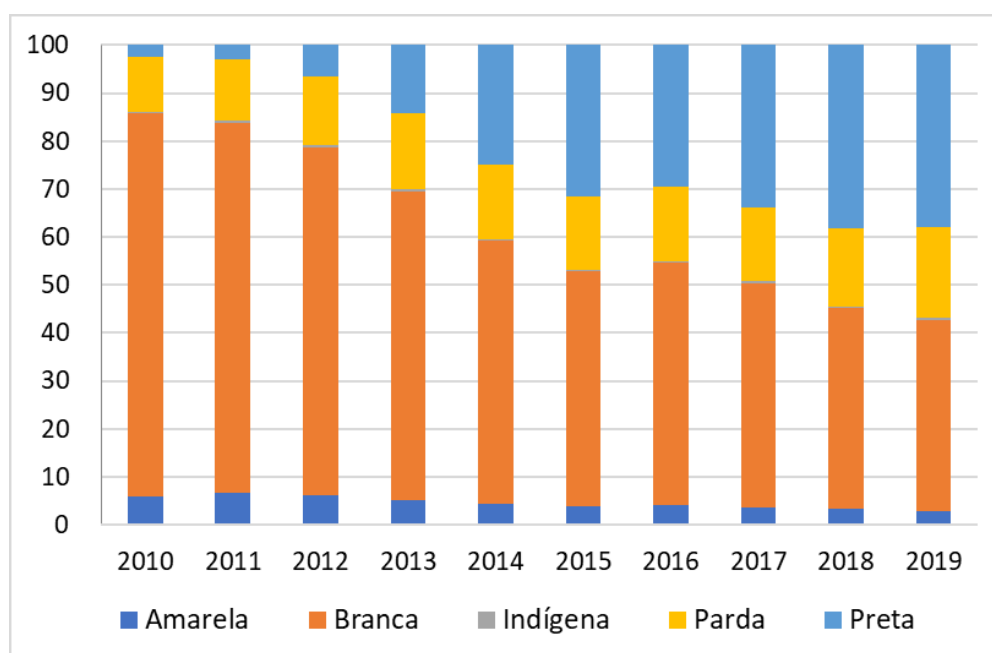
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019.

Passando para a temática de cor ou raça¹⁵, a distribuição da população imigrante revelou a influência da dinâmica de entradas de trabalhadores, com especial atenção para o crescimento da população de cor preta e parda ao longo da série histórica. Enquanto em 2010 ambas, somadas, representavam 13,9% dos trabalhadores imigrantes, em 2016 chegaram a 45,0%, e, em 2019, a 56,9%. Os trabalhadores de cor preta registraram o aumento mais expressivo, por conta da intensificação das migrações oriundas de países africanos e, especialmente, do Haiti. Por outro lado, os trabalhadores brancos reduziram sua participação de, respectivamente, 79,8% para 39,7%, tendência também observada para aqueles de cor amarela¹⁶ (Gráfico 6).

15 Na RAIS a declaração de cor ou raça, bem como as demais informações que constam na base de dados, é fornecida pelo empregador, diferentemente das pesquisas domiciliares do IBGE, em que as informações são obtidas por meio de autodeclaração do entrevistado.

16 A cor ou raça amarela tem relação com a origem asiática.

Gráfico 6 - Distribuição percentual de imigrantes no mercado formal de trabalho por cor ou raça - 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019.

Nota: Os trabalhadores classificados com categoria de cor ou raça não identificada não estão computados no cálculo dos percentuais.

A diferenciação dos rendimentos médios entre categorias de desagregação dos trabalhadores imigrantes, traço comum observado em diversos recortes neste estudo, manifesta-se com bastante intensidade no quesito cor ou raça. Os imigrantes de cor ou raça amarela, em maioria asiáticos, e branca, em maioria europeus e norte-americanos, receberam rendimentos muito superiores aos de cor ou raça preta, de origem centro-americana ou caribenha e africana em geral, e também parda, estes em grande parte originários da América do Sul. Vale mencionar que os resultados apurados nesta análise são relacionados aos encontrados na análise por continentes, uma vez que as categorias de cor ou raça têm forte associação com o continente de origem do imigrante. A Tabela 6 traz a estrutura por continentes segundo cor ou raça e o cruzamento das informações de rendimentos médios.

Tabela 6 - Distribuição das ocupações formais e valor do rendimento médio mensal, por cor ou raça, segundo o continente - Brasil, 2019

Continentes / cor ou raça	Total (ocup.)	Amarela	Branca	Parda	Preta	Total	Amarela	Branca	Parda	Preta
		(% de imigrantes)					(R\$ mês)			
África	8.794	0,3	12,6	8,4	65,9	2.515	2.376	4.882	2.664	2.139
América do Norte	2.192	1,1	70,8	13,7	2,4	19.776	68.644	19.963	10.733	17.753
Am. Central e Caribe	55.821	0,2	7,3	6,3	71,0	1.760	1.775	2.396	2.031	1.695
América do Sul	52.265	1,0	47,6	30,2	2,1	4.884	3.817	6.522	3.347	3.462
Ásia	8.811	33,0	35,9	14,4	2,1	8.793	13.044	5.314	6.617	3.392
Europa	15.156	0,4	79,5	8,9	0,6	14.867	9.006	16.131	7.327	7.960
Total	147.674	2,5	33,5	16,0	32,0	5.319	11.754	9.313	3.867	1.866

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019.

Nota: A categoria indígena não está apresentada por apresentar números rarefeitos que distorcem os resultados de rendimento médio.

Em relação ao recorte etário enquanto em 2010 mais da metade dos trabalhadores imigrantes estava situada na faixa de 40 a 65 anos de idade, revelando uma força de trabalho mais madura, o quadro se modificou após a crise econômica iniciada em 2015¹⁷. Com a intensificação das novas entradas e a mudança das nacionalidades predominantes nos anos mais recentes, a estrutura etária se deslocou para as faixas de idades mais jovens. Os resultados de 2019 indicaram que os ocupados entre 20 e 40 anos passaram a compor 63,8% do total, sendo que América Central e Caribe (78,0%) e América do Sul (62,5%) foram as regiões com maiores concentrações de imigrantes nessa faixa etária. O continente europeu foi o único que apresentou a maioria de postos formais na faixa entre 40 a 65 anos, com 56,8%, conforme a Tabela 7.

A diferenciação de rendimentos médios por idade foi também bastante pronunciada, com a faixa de 40 a 65 anos registrando o valor mais alto em termos gerais (R\$ 9,2 mil). Na América do Norte e na Europa, onde as rendas médias foram as mais elevadas, a faixa etária entre 40 e 65 anos atingiu R\$ 29,4 mil e R\$ 18,1 mil, respectivamente, valores máximos em relação às outras faixas etárias destes continentes. Os mais jovens (20 anos ou menos), grupo com menor representatividade, registraram os menores rendimentos em todos os continentes (Tabela 7).

17 Simões et. al. (2019, p.14).

Tabela 7 - Estrutura percentual de ocupações formais e rendimento médio mensal, por faixa etária, segundo o continente - Brasil, 2019.

Continentes / grupos de idade	Total (ocup.)	(% de imigrantes)				Total (R\$ mês)	(R\$ mês)			
		< 20	20 a 40	40 a 65	65 ou mais		< 20	20 a 40	40 a 65	65 ou mais
África	8.794	0,6	73,7	25,2	0,5	2.515	1.370	2.175	3.459	6.749
América do Norte	2.192	4,0	49,3	43,7	3,1	19.776	969	13.026	29.383	15.842
Am. Central e Caribe	55.821	0,5	78,0	21,4	0,1	1.760	1.270	1.723	1.897	3.863
América do Sul	52.265	2,4	62,5	33,0	2,1	4.884	1.301	3.469	7.769	5.795
Ásia	8.811	3,1	56,0	35,7	5,1	8.793	1.199	7.395	12.032	6.115
Europa	15.156	0,8	27,4	56,8	15,0	14.867	1.090	12.392	18.087	7.863
Total	147.674	1,4	63,8	31,9	2,9	5.319	1.259	3.357	9.205	7.675

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2019.

DESIGUALDADES DE RENDIMENTOS DO TRABALHO ENTRE GRUPOS POPULACIONAIS

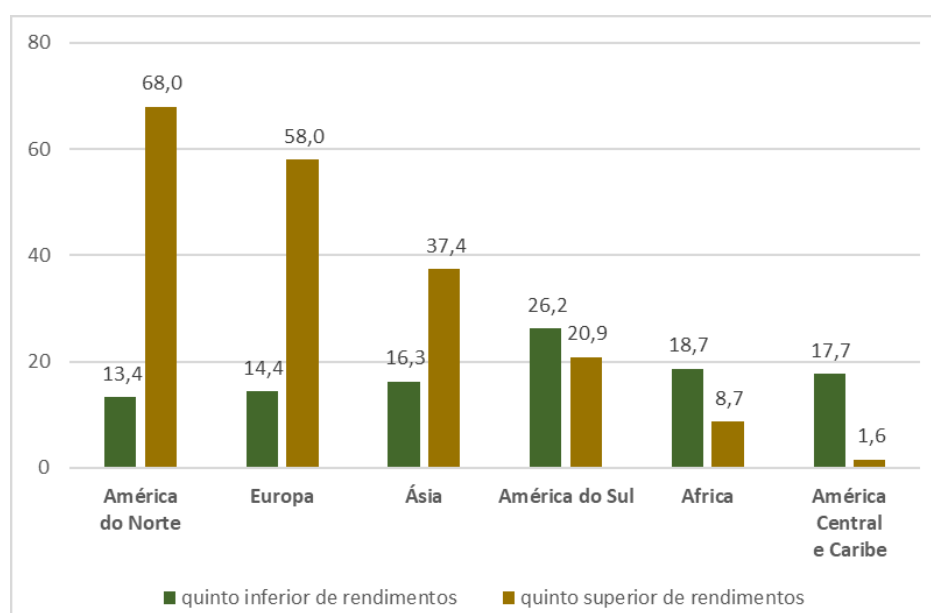
Conforme analisado na parte inicial do capítulo, o movimento de novas entradas de imigrantes com característica específica contribuiu para a redução dos rendimentos médios dos trabalhadores como um todo, mas trouxe impactos diferenciados segundo determinados recortes, notadamente o de continentes e o de cor ou raça. Um tipo de análise que adiciona elementos em relação a esta primeira avaliação concerne às diferenças encontradas na distribuição, por categorias selecionadas, da proporção de trabalhadores que se encontraram nas classes com menores rendimentos médios (1º quinto) *vis a vis* aqueles trabalhadores nas classes com os maiores rendimentos médios (5º quinto)¹⁸.

Tomando 2019 como ano de referência, os trabalhadores, os trabalhadores sul-americanos (26,2%) registraram maior proporção no 1º quinto de rendimento (em que a média das remunerações correspondia a R\$ 761), indicando uma sobre representação, posto que superior aos 20% de ocupações contidas em cada classe. Países europeus (14,4%) e da América do Norte (13,4%) mostraram as menores participações no quinto de renda inferior, indicando sub representação. Em contrapartida, estes apresentaram respectivamente, 58,0% e 68,0% de seus

18 Esta forma de análise, chamada de análise por quintos de rendimentos, estratifica o rendimento médio de todos os imigrantes em cinco classes (quintos), ou seja, o valor do rendimento médio mensal de 20% dos trabalhadores com menores rendimentos, e subsequentemente repetindo-se intervalos de classe com 20% de trabalhadores de rendimentos superiores, até chegar ao valor médio do rendimento dos 20% trabalhadores com os maiores rendimentos. A partir da definição dos valores médios de cada quinto de rendimento para o total de trabalhadores migrantes, aplicou-se essa estrutura para os continentes e países, o que permitiu avaliar se um país, por exemplo, possui mais ou menos de 20% de trabalhadores em cada quinto de rendimento.

trabalhadores dentre aqueles com os maiores rendimentos (5º quinto – média de R\$ 20,2 mil). Os imigrantes de América Central e Caribe e África, por outro lado, estavam presentes no quinto de renda mais elevado em apenas 1,6% e 8,7%, respectivamente, indicando forte sub representação nesta categoria de renda (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Proporção de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho por quintos mais baixo e mais elevado de rendimento médio total dos imigrantes por continentes – 2019.



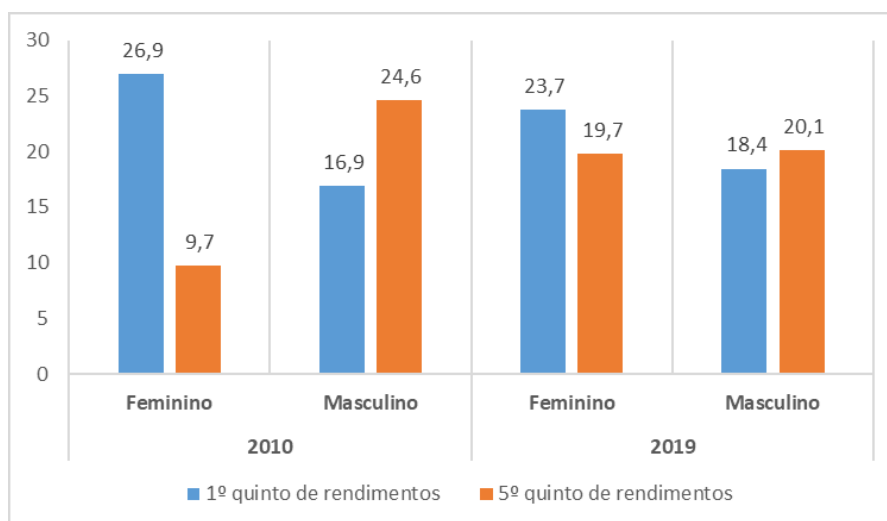
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010 e 2018.

Nota: Não foram apresentados resultados para a categoria outros.

Em termos de países, os ocupados oriundos da França registraram o maior percentual no quinto superior de rendimentos (77,5%), ou seja, de um total de 1.476 trabalhadores franceses no mercado de trabalho formal brasileiro, 1.144 estavam na categoria de mais alta renda do trabalho. Já em relação à classe de mais baixo rendimento, coube aos venezuelanos a maior proporção, uma vez que 41,9% dos trabalhadores dessa nacionalidade estavam no quinto inferior, o que correspondeu a 7.453 dentre os 17.807 trabalhadores formais venezuelanos no Brasil, em 2019.

Passando-se à análise por sexo e adicionando-se a evolução nos pontos inicial e final da série, observou-se uma convergência em relação à distribuição da população ocupada por quintos de rendimento entre homens e mulheres. Se no início da série os trabalhadores masculinos estavam sobre representados no quinto mais elevado e sub representados no quinto inferior, e o contrário ocorrendo com as mulheres, em 2019 esta diferença tornou-se bastante reduzida, como apontado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Proporção de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho por quintos mais baixo e mais elevado de rendimento médio total dos imigrantes por sexo – 2010 e 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010 e 2018.

O exame das desigualdades entre os continentes dessa vez considerando a distribuição dos trabalhadores por faixas de salários mínimos (SM) selecionadas indicou que a maioria absoluta dos sul-americanos (50,6%), centro-americanos e caribenhos (69,9%) e africanos (56,6%) situaram-se na segunda faixa mais baixa, correspondente a valores situados entre 1 e 2 SM. Já para norte-americanos (62,0%) e europeus (50,7%) a faixa predominante foi a mais alta definida na Tabela 8, ou seja, com os rendimentos superiores a 5 SM. Os asiáticos apresentaram uma distribuição mais equilibrada com a maior parte dos ocupados recebendo nas faixas de 1 a 2 SM (35,8%) e acima de 5 SM (32,0%).

Tabela 8 - Número absoluto e distribuição percentual de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho, segundo classes de salários mínimos, por continentes - 2019.

Classes de Salário Mínimo	Total		África		América do Norte		Am. Central e Caribe		América do Sul		Ásia		Europa	
	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)
até 1 SM	13.690	9,3	785	8,9	199	9,1	4.240	7,6	5.947	11,4	726	8,2	1.532	10,1
mais de 1 até 2 SM	77.045	52,2	4.979	56,6	265	12,1	39.021	69,9	26.420	50,6	3.157	35,8	2.624	17,3
mais de 2 até 3 SM	23.508	15,9	1.977	22,5	166	7,6	10.827	19,4	7.354	14,1	1.264	14,3	1.622	10,7
mais de 3 até 5 SM	8.711	5,9	536	6,1	203	9,3	1.276	2,3	3.805	7,3	842	9,6	1.697	11,2
mais de 5 SM	24.720	16,7	517	5,9	1.359	62,0	457	0,8	8.739	16,7	2.822	32,0	7.681	50,7
Total	147.674	100	8.794	100	2.192	100	55.821	100	52.265	100	8.811	100	15.156	100

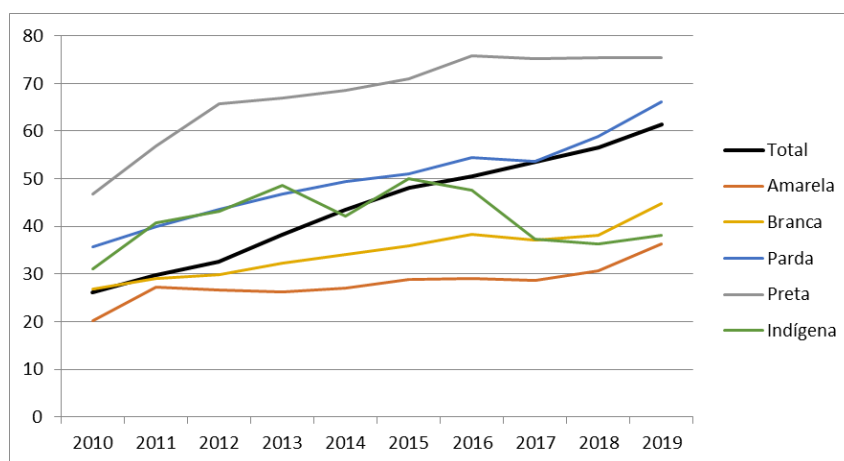
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010 e 2019.

Nota: Não foram apresentados resultados para a categoria outros.

Prosseguindo a comparação por faixas salariais, dessa vez considerando o recorte por cor ou raça, percebe-se mais claramente a persistência da desigualdade entre estas categorias ao longo do tempo, mesmo com o movimento de redução dos rendimentos. Os Gráficos 9 e 10, a seguir, mostram a evolução temporal segundo a agregação das faixas em dois polos. O de nível mais baixo, que inclui os trabalhadores que recebem até 2 SM, e o mais alto, que concerne aos imigrantes que recebem acima de 5 SM.

A evolução temporal por esta ótica indica que há um aumento expressivo da parcela contida no nível mais baixo de rendimentos, representado no Gráfico 9 pela linha do total. Nota-se também participações maiores das populações de cor ou raça preta e parda e menores das amarelas e brancas, fato que não se altera em toda a série de dados¹⁹.

Gráfico 9 - Percentual de imigrantes que recebem até 2 SM por cor ou raça - 2010 – 2019.

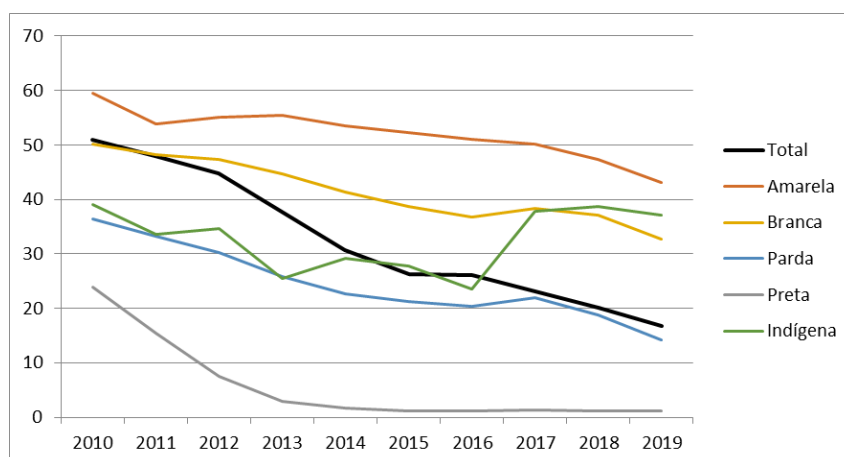


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

De outra forma, as séries históricas da faixa superior indicaram tendência de redução da parcela de imigrantes com maiores rendimentos, o que também vale para todas as categorias de cor ou raça. Entretanto a diferenciação em favor das categorias amarela e branca ficou mais uma vez bastante nítida, com a maior representatividade nesta faixa de renda. É particularmente notável que para os imigrantes de cor ou raça preta, desde 2015, a participação nesta faixa quase tenha desaparecido, terminando a série com apenas 1% do total. Ainda que tenha havido uma valorização real do salário mínimo no período, os resultados dos Gráficos 9 e 10 analisados em conjunto, combinados com a queda dos rendimentos médios verificada na seção inicial, indicam que ocorreu uma deterioração dos rendimentos do mercado de trabalho para o imigrante com persistência das desigualdades, desta vez entre cor ou raça.

¹⁹ A população indígena apresentou maior oscilação no recorte por faixa salarial em virtude da baixa frequência de imigrantes na série, o que vale para os Gráficos 9 e 10.

Gráfico 10 - Percentual de imigrantes que recebem acima de 5 SM por cor ou raça - 2010 – 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

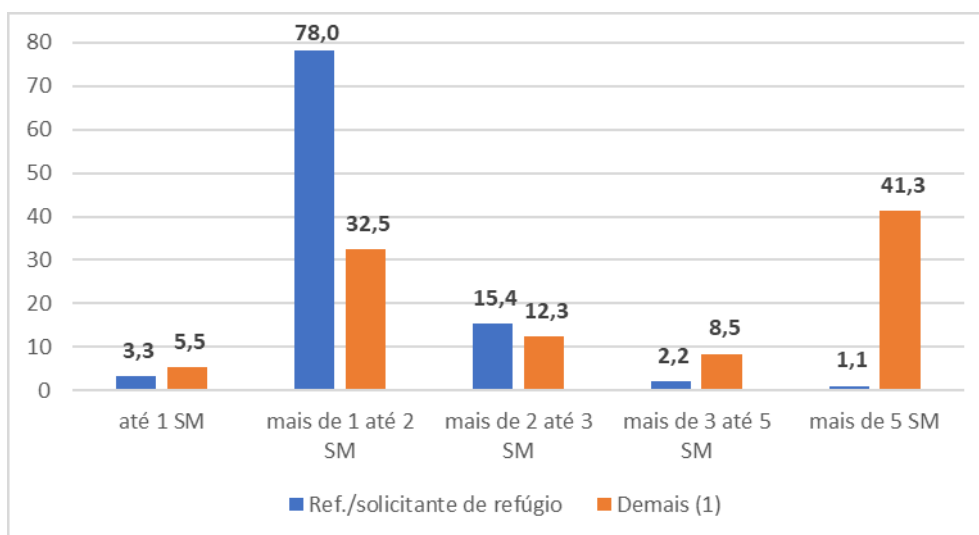
Finalizando a análise da distribuição dos rendimentos por categorias específicas, foram avaliados os trabalhadores imigrantes para os quais houve identificação relativa ao *status* migratório, comparando assim a tipologia que agrega as categorias *refugiado* e *solicitante de refúgio*²⁰ com a de *demais imigrantes*²¹. Os resultados indicaram rendimentos mais baixos para o primeiro grupo, utilizando-se como métrica comparativa a proporção de ocupações segundo recortes por faixas salariais.

A vulnerabilidade e a desigualdade de rendimentos podem ser identificadas à medida que o grupo formado por refugiados/solicitantes de refúgio se encontrava muito mais representado nas faixas de até 2 SM e praticamente não estava representado na faixa mais elevada. Esta estrutura de distribuição segundo o status migratório, percebida desde 2010, embora tenha se modificado levemente ao longo do período, foi persistente e, salvo pequenas modificações, se manteve em 2019 (Gráficos 11 e 12). Enquanto 11,2% dos imigrantes, em geral, recebiam acima de 5 SM, os refugiados/solicitantes de refúgio possuíam apenas 0,4% de ocupados nessa condição. Considerando as faixas superiores a três SM, os percentuais eram de 16,1% contra 2,4%, respectivamente, conforme indica o Gráfico 12.

20 A opção pela adoção desta tipologia ocorre em virtude da limitação da base de dados em relação ao status migratório, conforme explicado em Cavalcanti, Oliveira, Macedo (2019, p. 90).

21 Para a identificação das categorias ora analisadas foi apurada a informação do *status* migratório proveniente da base CTPS e pareada à informação da RAIS. Entretanto, como o pareamento não contemplou a totalidade dos registros, foram comparadas somente as informações que possuíam referência na base CTPS. Em 2019 a totalidade de registros classificados como refugiados/solicitantes de refúgio alcançou 22,8 mil e a dos demais imigrantes 72,9 mil, o que totalizou 95,7 mil, correspondendo a 65% dos registros totais daquele ano (147,7 mil).

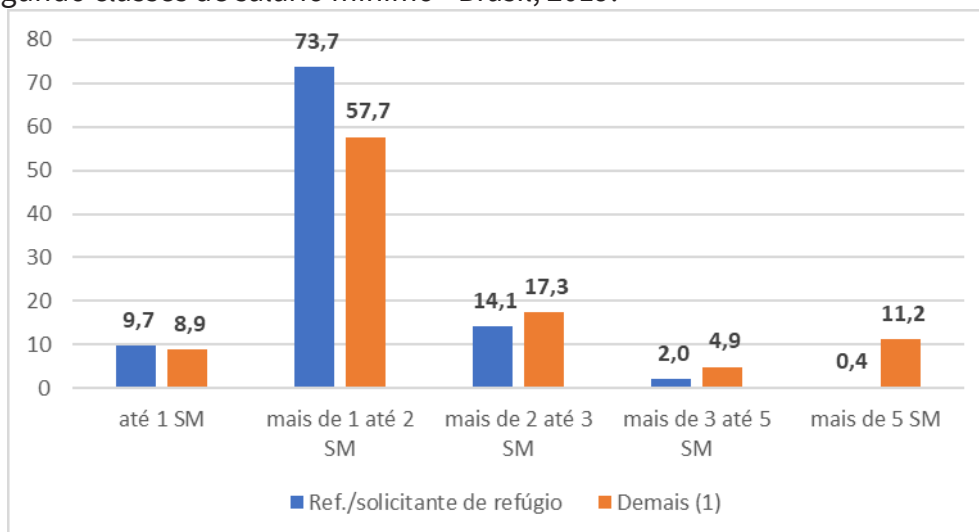
Gráfico 11 - Participação percentual dos imigrantes com vínculo formal de trabalho, por categoria refugiado/solicitante de refúgio ou demais imigrantes, segundo classes de salário mínimo - Brasil, 2010.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010.

Nota: (1) Inclui os registros para os quais a informação do status migratório está disponível e é diferente de “Refugiado/solicitante de refúgio”.

Gráfico 12 - Participação percentual dos imigrantes com vínculo formal de trabalho, por categoria refugiado/solicitante de refúgio ou demais imigrantes, segundo classes de salário mínimo - Brasil, 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2019.

Nota: (1) Inclui os registros para os quais a informação do status migratório está disponível e é diferente de “Refugiado/solicitante de refúgio”.

ÍNDICES DE DESIGUALDADE - GINI E RAZÕES DE RENDIMENTOS

Para complementar o estudo desenvolvido em relação aos rendimentos do trabalho dos imigrantes, foram investigados ainda três índices de desigualdade de renda, que adicionam conclusões em relação à dinâmica dos rendimentos dos imigrantes na década analisada. São eles, o índice de Gini e as razões de rendimento mais comumente utilizadas, a R10/40 - coeficiente dos rendimentos médios do décimo de renda mais elevada sobre os 40% da base da distribuição; e a R20/20 - que compara a média do quinto mais elevado sobre a do quinto inferior de renda.

Ao contrário das seções anteriores, nesta avaliação foram considerados os trabalhadores formais imigrantes em seu conjunto, ou seja, sem desagregações de qualquer tipo, e dimensionada a desigualdade para este universo populacional. Além do acompanhamento da evolução histórica, os resultados dos indicadores foram também comparados com os resultados do mercado de trabalho formal brasileiro como um todo, que inclui os imigrantes e os nacionais.

A metodologia do índice de Gini o define graficamente como sendo o valor correspondente à área delimitada entre a reta de distribuição equitativa e a curva de distribuição de rendimentos observada em determinada população (a Curva de Lorenz²²). Quanto maior essa área, maior a desigualdade e maior o Gini, que pode variar então de zero (perfeita igualdade) a unidade (desigualdade máxima, situação hipotética em que um indivíduo receberia toda a renda de uma economia). A elaboração do Gini utiliza, portanto, toda a informação disponível de uma população, considerando a distribuição como um todo e sintetizando-a em um único valor.

Ainda que o Gini seja um indicador importante e amplamente utilizado em comparações internacionais é recomendável que se realize uma análise conjunta com outros indicadores para o acompanhamento da evolução da desigualdade de renda das populações. Justamente para cumprir este papel são utilizadas as razões de rendimentos. As razões entre parcelas da população com maiores e com menores rendimentos (R10/40 ou R20/20) caracterizam-se por apresentar maior volatilidade se comparadas ao Gini, pois, ao contrário, focam nos extremos da distribuição. Assim, em séries históricas o Gini tende a ser mais estável, pois frequentemente os extremos são mais afetados, relativamente ao meio da distribuição, por conta das flutuações da economia ou por serem grupos objetos de políticas públicas de distribuição de renda (Palma, 2011; Cobham, 2013 e IBGE, 2019).

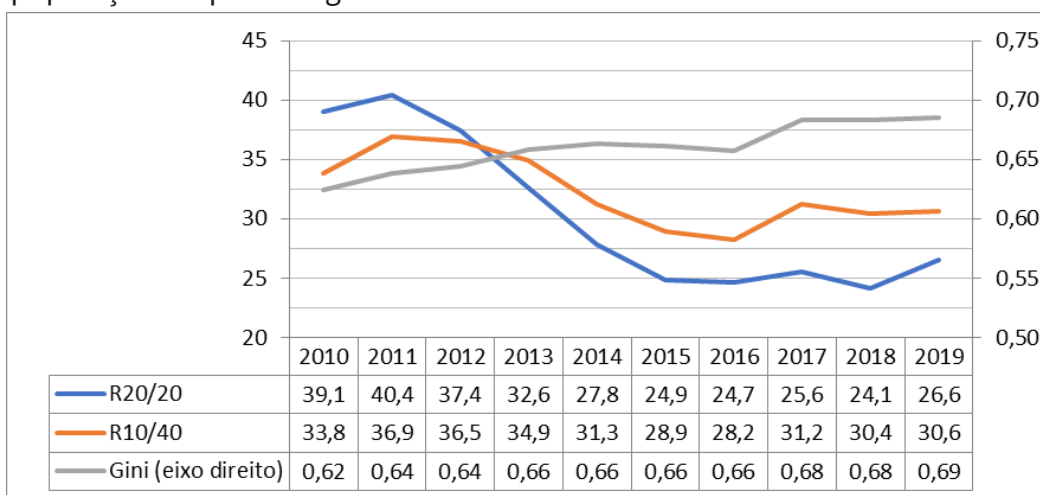
22 A curva de Lorenz corresponde a uma representação gráfica que deriva da relação entre rendimento e população. A curva é traçada considerando-se a percentagem acumulada de pessoas no eixo das abscissas e a percentagem acumulada de renda no eixo das ordenadas.

A análise dos resultados dos índices aplicados ao universo do trabalho formal imigrante mostrou uma semelhança no comportamento das duas razões de rendimentos e uma divergência destas em relação ao Gini em parte da série histórica disponível (Gráfico 13). As razões de rendimentos indicaram queda acentuada da desigualdade até 2016 e depois ligeira elevação e posterior manutenção em patamar ainda relativamente baixo, representando uma diminuição da desigualdade entre os extremos no período. Em 2019 a parcela de 10% dos imigrantes com os maiores rendimentos recebeu o equivalente a 30,6 vezes o que recebeu a parcela de 40% dos imigrantes com menores rendimentos. Já a razão 20/20, por sua vez, correspondeu a 26,6, em 2019.

Combinando este resultado com os das seções anteriores compreende-se que a redução dos rendimentos médios, pelo incremento da participação de pessoas com baixos salários tenha sido o principal fator responsável pela redução das razões de rendimentos. Ou seja, enquanto os rendimentos da base da distribuição (seja dos 20% ou dos 40% de rendimentos inferiores) pouco se reduziram ao longo da série, os rendimentos do décimo, e principalmente, do vigésimo superiores se reduziram significativamente²³. Cabe observar também que a definição de um piso salarial para os empregados formais, regida pela política de salário mínimo nacional, evita que maiores perdas ocorram nas faixas salariais inferiores.

O índice de Gini, assim como as razões, mostrou tendência de aumento no primeiro ano, mas apontou para o sentido oposto no período de 2012 a 2016. Posteriormente a tendência voltou a coincidir com a das razões, com redução de valor em 2016 e aumento seguido de estabilidade no triênio final – período em que foi verificado um certo reaquecimento do mercado de trabalho imigrante.

Gráfico 13 - Índices de Gini e razões de rendimentos (R10/40 e R20/20) da população ocupada imigrante no Brasil - 2010 - 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

23 A Tabela A3, em anexo, apresenta os rendimentos médios para cada décimo da distribuição e para as agregações da base, do meio e do topo das razões de rendimentos, nos anos de 2010 a 2019.

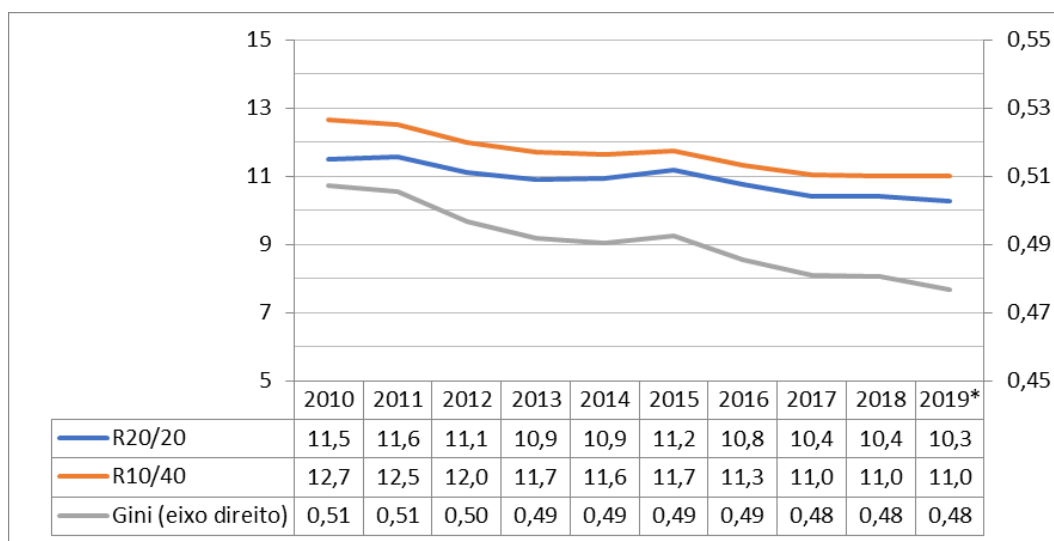
Como esperado pela metodologia do índice, o Gini apresentou menor volatilidade ao longo do período. Sob esta perspectiva o mercado de trabalho imigrante mostrou um aumento da desigualdade entre as pontas da série, quando passou de 0,62 para 0,69 – valor considerado elevado nas classificações internacionais. A explicação deste fenômeno é que houve relativamente poucos imigrantes no topo da distribuição que mantiveram preservados os valores de seus altos rendimentos ao longo da série, enquanto o restante da distribuição, sobretudo a parcela intermediária, apresentou redução dos rendimentos. Para se ter uma ideia, o rendimento médio da população ocupada situada entre os 40% e os 90% de maiores rendimentos reduziu de R\$ 10,5 mil, em 2010, para R\$ 3,0 mil, em 2019.

Assim, os resultados das razões de rendimento indicaram que comparando-se as parcelas de mais alta renda com as de mais baixa renda houve um decréscimo da desigualdade, com a queda dos rendimentos médios da parte superior superando a queda da parte inferior. Em outras palavras, houve uma convergência para as rendas menores considerando-se a maior parte dos empregados imigrantes. Por outro lado, relativamente poucos trabalhadores tiveram suas remunerações preservadas, o que produziu um aumento da desigualdade quando se toma em comparação este pequeno grupo em relação ao restante da distribuição. Este foi o comportamento expressado pelo aumento do índice de Gini²⁴.

A título de referência são apresentados os resultados dos índices para todos os empregados, imigrantes ou não, utilizando-se também a base de dados da RAIS, que contempla o universo dos empregados formais do País. Por se tratar de um universo com muito mais registros, por volta de 46 milhões de empregados em 2019, os valores e a oscilação dos índices anuais são bem menores. As tendências observadas no Gráfico 14 apontam para uma redução da desigualdade na década 2010-2019 para os três índices selecionados, que se situam em patamares mais baixos do que os observados na comparação apenas entre os imigrantes.

24 A fim de confirmar esta hipótese foram também calculadas as razões envolvendo a parcela de 1% com mais alta renda (top1%), contra bases de 50% e de 90%. Os resultados encontrados foram altamente correlacionados com os índices de Gini no período 2010-2019, comprovando o aumento da desigualdade entre o grupo de mais alta renda e os demais trabalhadores imigrantes.

Gráfico 14 - Índice de Gini e Razões de rendimentos (R10/40 e R20/20) da população ocupada total no Brasil - 2010 – 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, microdados RAIS 2010-2018.

Estimado pelo OBMigra com base na variação do índice para a categoria empregados com carteira, a partir dos dados do IBGE, microdados da PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas, 2018-2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado indicou que os dez anos da série de informações analisadas sobre o empregado formal imigrante apontaram para mudanças intensas no quantitativo de trabalhadores absorvidos pela economia brasileira, que refletiram também no perfil destes trabalhadores e trouxeram impactos para seus rendimentos. A distribuição percentual entre as principais nacionalidades de cada um dos seis continentes mostrou um notável ganho de participação dos haitianos ao longo do período, e dos venezuelanos, sobretudo nos últimos três anos da década. Somadas, estas duas nacionalidades foram responsáveis por quase metade do trabalho imigrante no mercado formal brasileiro em 2019.

Este movimento observado, especialmente com a ampliação dos imigrantes dos continentes africano e latino-americano, possibilitou a redução dos rendimentos médios, que passou de R\$ 10,6 mil, em 2010, para 5,3 mil, em 2019. Entretanto, mesmo com esta redução, a nítida diferenciação de acordo com a origem dos trabalhadores foi mantida, com os imigrantes da América do Norte, Europa e Ásia recebendo os mais altos rendimentos. Com consequência, os impactos foram diferenciados segundo determinados recortes.

Em relação à comparação por sexo, cabe notar que o diferencial de rendimentos médios entre homens e mulheres imigrantes reproduziu, embora com menor intensidade, o ocorrido no mercado de trabalho em geral, uma vez que as imigrantes receberam cerca de 70% do valor dos rendimentos dos trabalhadores do sexo masculino. Os resultados revelaram ainda que os imigrantes do sexo masculino receberam mais do que as mulheres em todos os níveis de instrução observados. Percebeu-se também que as diferenças salariais entre homens e mulheres foram mantidas também quando analisados os grandes grupos ocupacionais.

Na temática de cor ou raça, a distribuição da população imigrante revelou a influência da dinâmica de entradas de trabalhadores, com especial atenção para o crescimento da população de cor preta e parda. A diferenciação dos rendimentos médios entre categorias de desagregação dos trabalhadores imigrantes manifesta-se com bastante intensidade, mostrando forte associação, como esperado, com os resultados por continentes. Os imigrantes de cor ou raça amarela, em maioria asiáticos, e branca, em maioria europeus, receberam rendimentos muito superiores aos de cor ou raça preta, de origem centro-americana ou caribenha e africana em geral, e parda, originários da América do Sul em grande parte.

Diferentes abordagens demonstraram que os trabalhadores sul-americanos registraram maior proporção nas classes de rendimentos inferiores, enquanto os europeus e norte-americanos mostraram as menores participações. Em contrapartida, estes países apresentaram a maioria de seus trabalhadores dentre aqueles com os maiores rendimentos e os imigrantes de América Central e Caribe e África foram fortemente sub representados nesta categoria de renda.

Considerando a distribuição dos trabalhadores por faixas salariais selecionadas indicou que a maioria absoluta dos sul-americanos (50,6%), centro-americanos e caribenhos (69,9%) e africanos (56,6%) situaram-se na faixa correspondente aos rendimentos entre 1 e 2 SM. Já para os trabalhadores norte-americanos (62,0%) e europeus (50,7%) a faixa predominante foi a mais alta. No cômputo geral houve tendência de queda da representatividade nas faixas superiores e de aumento nas inferiores, entre 2010 e 2019, indicando deterioração do mercado de trabalho com persistência das desigualdades. A tipologia que agrega as categorias *refugiado* e *solicitante de refúgio* com a de *demais imigrantes* mostrou que o grupo formado por refugiados/solicitantes de refúgio se encontrava muito mais representado nas faixas salariais mais baixas e praticamente não possuía representatividade nas mais elevadas.

Complementando a análise o índice de Gini e as razões de rendimentos reforçaram algumas conclusões. As razões de rendimento indicaram que houve um decréscimo da desigualdade, com a queda dos rendimentos médios da parte superior superando a queda da parte inferior, ou seja, uma convergência para rendas mais baixas considerando-se os imigrantes sem as desagregações por continentes, sexo ou cor ou raça.

Por outro lado, como relativamente poucos trabalhadores tiveram suas remunerações preservadas, na comparação deste pequeno grupo com o restante da distribuição, foi atestado um aumento da desigualdade captado pelo índice de Gini ao longo da série. Os índices para o universo dos trabalhadores imigrantes se mostraram muito maiores do que para os empregados formais como um todo, indicando que a desigualdade, bem demarcada por nacionalidades e características específicas, requer bastante atenção para os formuladores das políticas migratórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu.; MACEDO, Marília. (2019). *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

COBHAM, Alex. (out 2016). *Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality*. London: Center for Global Development - CGD, 2013. Obtido em <http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-ginimeasuring-post-2015-inequality..>

HANDERSON, Joseph. (2014) A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. In CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Délia; OLIVEIRA, Márcio de. *A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na Região Sul e no Distrito Federal*. Observatório das Migrações Internacionais, Brasília-DF.

IBGE (2020). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro – 2019*. IBGE.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. (2016). A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal: o que nos diz a RAIS? In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; ARAUJO, Dina. (Org.) *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

PALMA, Gabriel. (2011) Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'Inverted-U': the share of the rich is what it's all about. *Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)*.

SIMOES, André (2018). A inserção dos migrantes qualificados no mercado de trabalho formal brasileiro: características e tendências. In: CAVALCANTI,

Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu, MACEDO, Marília. *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018

SIMÕES, André; HALLAK NETO, João. (2020). *Relatório RAIS 2020: A Inserção do Imigrante Qualificado no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro 2010 a 2019*. (No prelo).

SIMÕES, André; HALLAK NETO, João; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. (2019). *Relatório RAIS 2019: A Inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.